

ANO 1 - Nº 10 - OUTUBRO 2019



Boletim de Monitoramento das Políticas Públicas



F U N D A Ç Ã O
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

SOBERANIA NACIONAL E INSERÇÃO EXTERNA

FATOS RELEVANTES E MEDIDAS DO GOVERNO

O Brasil foi reeleito membro do Comitê de Direitos Humanos da ONU no dia 17.

No dia 21, o presidente Jair Bolsonaro e o ministro Ernesto Araújo partiram para uma viagem à Ásia e ao Oriente Médio.

O presidente participou da cerimônia de entronização do Imperador Naruhito no dia 22, e Eduardo Bolsonaro anunciou a desistência da nomeação como embaixador nos EUA.

A delegação permaneceu no Japão em 23, visitou a China nos dias 24 e 25, e os presidentes do Brasil e da China se encontraram.

A delegação visitou os Emirados Árabes Unidos e teve encontros com governantes e empresários nos dias 26 e 27 e, dia 28, a delegação visitou o Catar. O presidente indicou o embaixador Nestor Forster como embaixador nos EUA. Nos dias 29 e 30, a delegação visitou a Arábia Saudita e teve encontro com o príncipe Mohammad bin Salman.

Estado, Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública

No dia 9, foi publicado o Decreto nº 10.046, novo marco normativo para compartilhamento de dados entre órgãos do governo federal e os poderes. Entre eles os dados biométricos, características faciais, íris, retina, entre outros. O objetivo é a criação de um Cadastro Base do Cidadão, que a princípio contará apenas com informações cadastrais. Também foi criado o Comitê Central de Governança de Dados, composto por órgãos do Ministério da Economia, Casa Civil, entre outros.

Foi publicada no dia 24 a Portaria nº 3.910, do Ministério do Meio Ambiente, que dispõe sobre bases de dados do Ibama que ficarão disponíveis para o público. Entre elas estão dados como o volume de agrotóxicos.

ANÁLISE CRÍTICA

O Brasil foi eleito para compor uma das duas vagas destinadas à América Latina no Comitê de Direitos Humanos da ONU. A outra coube à Venezuela. Inicialmente eram candidatos únicos, mas na última hora a Costa Rica também se apresentou, supostamente,

para tentar barrar a Venezuela, mas também com algum risco para o Brasil, tendo em vista que diversas entidades nacionais recomendavam que nosso país fosse excluído do Comitê devido à agenda anti-direitos humanos do governo Bolsonaro. No entanto, há uma visão majoritária nesse fórum de que é preferível manter governos recalcitrantes com os direitos humanos sob sua influência do que excluí-los das discussões e responsabilidades com as resoluções internacionais.

A viagem da delegação governamental visou, em primeiro lugar, sinalizar para a China e os países árabes que, apesar do alinhamento com o governo Trump, segue a disposição para manter o relacionamento comercial com ambos. Houve poucos resultados concretos a partir destes contatos, salvo a possibilidade de investimentos de alguns fundos dos Emirados Árabes. No entanto, estes fundos não são governamentais stricto sensu e são administrados pelos parentes do Xeiue, geralmente com assessoria ocidental, e tendem a investir nos países que o facilitem por meio de favorecimentos governamentais e lucros seguros. Portanto, não é líquido e certo que ocorram.

O anúncio de Bolsonaro de que se sentia um irmão do Príncipe Saudita foi mais uma gafe, pois este é persona non grata em muitos lugares por ter sido o mandante do assassinato e esquitejamento do jornalista árabe, Kamal Khashoggi, no interior do consulado saudita em Istambul.

A desistência do filho do Presidente da embaixada nos Estados Unidos ocorreu por ter sido nomeado presidente do PSL e por não ter conseguido até aquele momento mais do que quinze votos a favor de sua nomeação no Senado. Para ocupar o posto, Bolsonaro indicou o embaixador Nestor Forster, um “olavista” apoiado por Ernesto Araújo.

O mês de outubro trouxe alterações referentes ao uso de dados de cidadãos por parte do governo e à disponibilização de dados governamentais relacionados ao meio ambiente. No primeiro caso, oferece mais dados de cadastro e de identificação para o Estado, e, no segundo, aumenta teoricamente a transparência sobre o Ibama.

INFRAESTRUTURA ECONÔMICA E SOCIAL

FATOS RELEVANTES E MEDIDAS DO GOVERNO

Um vazamento de óleo sem precedentes, na costa da região Nordeste, marcou o mês de outubro. Inédito na história brasileira, pela extensão geográfica e pela duração no tempo, suas consequências atingiram cerca de 2.250 quilômetros, em mais de duzentos pontos em 98 cidades de 9 estados. O desastre impôs ao governo a necessidade de mobilizar o Plano Nacional de Contingência, envolvendo Ministério da Defesa (via Marinha), Ministério do Meio Ambiente (via Ibama) e Ministério de Minas e Energia (via Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis e Petrobras). O Plano, entretanto, foi acionado com pelo menos um mês de atraso e em um cenário de redução de recursos.

A comissão da Câmara aprovou esse mês o novo marco legal e regulatório do saneamento básico. O texto aprovado permite, por exemplo, a cobrança de valor mínimo para fazer novas conexões em casas e edifícios que não fazem parte da rede pública de águas e esgoto. A proposta estabelece que os contratos de saneamento deverão definir metas de atendimento de 99% da população com água potável e de 90% com coleta e tratamento de esgotos até o fim de 2033. Não há, entretanto, a previsão de sanções para o descumprimento dessas metas. Há ainda estímulos para que os governos privatizem e/ou abram o capital das companhias estatais do setor, além da previsão de expansão da atuação da Agência Nacional de Águas.

ANÁLISE CRÍTICA

A guerra comercial e as sanções econômicas impostas pelos Estados Unidos sobre o Irã e a Venezuela caminham no sentido de obstaculizar a presença desses países no comércio exterior e nas finanças internacionais, as indústrias naval e petrolífera tem sofrido o impacto dessas medidas de formas mais aguda por meio da retaliação à circulação de seus navios petroleiros.

Como se tratam de países com níveis significativos de reservas, produção e exportação de petróleo, as rotas para a circulação de navios-tanques tem sofrido com o aumento no valor do frete, que pode chegar a doze milhões de dólares para um trecho entre Caracas e Xangai.

Esse aumento de custo logístico tem provocado o crescimento do número de navios-tanque trafegando em alto mar sem rastreamento. É cada vez mais recorrente a prática de se desligar os transmissores para que os navios não possam ser rastreados por satélite a fim de burlar as barreiras e tarifas, na modalidade off transponder que configura uma verdadeira frota crescente de “petroleiros piratas”.

No caso do Irã, as rotas de abastecimento marítimo de petróleo têm registrado um número cada vez maior de casos de sistemas de localização desligados ou de transmissões de informações falsas sobre as cargas transportadas. Em entrevista recente, quando questionado sobre o uso de táticas de “vendas secretas” por meio de “navios invisíveis”, o ministro iraniano do petróleo, Bijan Namdar Zangeneh, sem negar ou condenar esse tipo de prática respondeu: “usamos qualquer método, fazemos o nosso melhor para exportar petróleo e não nos rendemos perante sanções. Todos os métodos são bons aqui. Exportar petróleo é o nosso direito legal”.

No caso da Venezuela a situação é ainda mais dramática, pois as sanções se estenderam para o embargo dos ativos da petrolífera PDVSA no exterior, levando o país a enfrentar uma maré negativa de redução dos investimentos, sucateamento de portos, encerramento de operações em terminais e engarrafamento de navios no mar do Caribe. Esse conjunto de impactos levou o país a estimular o abastecimento de navios fora dos portos, em alto mar, na modalidade ship-to-ship, o que aumenta os riscos de vazamentos e derramamentos. A angolana Sonangol Kalandula foi a primeira petrolífera a utilizar um navio-tanque carregado de petróleo venezuelano no modo navio a navio.

Diante desse cenário as mais diversas empresas navais e petrolíferas têm se utilizados das estratégias de mercado acima descritas. A chinesa COSCO Shipping Taker, que presta serviços de transporte para as petrolíferas CNOOC e Sinopec, teve cerca de um terço dos seus petroleiros trafegando com transponders desligados. A inglesa Fendercare Marine, que presta serviços logísticos para as petrolíferas Shell e BP, ampliou o número de operações de carga e descarga navio a navio.

As novas táticas empresariais de transporte e logística marítima (off transponder e ship-to-ship), que decorrem das novas estratégias nacionais de guerra comercial (com sanções e embargos), podem ter alguma relação com o recente caso de vazamentos ou derramamentos de óleo que atingiu a costa do Nordeste brasileiro.

A catástrofe ambiental tem proporções consideráveis. Até dia 23 de outubro já são nove estados atingidos, em mais de 75 municípios, e mais de 180 pontos identifica-

dos com manchas de óleo cru, em uma faixa de mais de 2.250 quilômetros de costa litorânea. Já são 201 praias afetadas e mais de novecentas toneladas do material já foram recolhidas. O impacto ambiental, social e econômico ainda é incalculável, o mesmo vale para os custos de limpeza e descontaminação para os cofres públicos.

Os primeiros apontamentos indicaram, em uma primeira hipótese, que o óleo pode ser de procedência venezuelana, ao contrário do que sugeriram os mais apressados, entretanto, é muito improvável que as manchas de óleo tenham descido diretamente da Venezuela em direção ao Brasil, primeiro, porque a região é impactada pela Corrente Marítima da Guiana que orienta a maré no sentido contrário ao das manchas; segundo, porque a exploração e produção de petróleo venezuelano é fundamentalmente onshore (em terra) e não offshore (em mar); terceiro, porque as manchas aparecem primeiro no litoral maranhense, e não nas costas do Suriname, das Guianas ou do Amapá.

Esses indícios aumentam a probabilidade de que o problema esteja relacionado não à produção, mas sim à circulação de petróleo. Nesse sentido, considerando uma segunda hipótese, merece destaque a possibilidade de que o crime ambiental esteja ligado a um outro acidente. Nas costas de Sergipe e Alagoas foram encontrados recentemente tambores, bombas, frascos e alguns barris com a inscrição “Argina S3 30”, que identifica um óleo lubrificante da Shell cuja origem também pode ter relação com o DNA do óleo encontrado nas manchas que contaminam a costa brasileira. Disso não resulta, entretanto, que a petrolífera anglo-holandesa seja a imediata responsável, há de se considerar ainda uma terceira hipótese, a de que o óleo seja de compradores e transportadores terceiros, como a empresa grega Delta Tankers, proprietária do navio Bouboulina, acusado de ter sido o responsável pela tragédia marítima e ambiental.

Sendo assim, para além da causa do vazamento, é importante notar como esse desastre evidencia a falta de condições do Ibama e da Marinha para prevenir, monitorar, fiscalizar, investigar e apurar esse tipo de problema. O desmonte das políticas de meio-ambiente e de defesa colocam em risco o meio-ambiente, as águas e os recursos naturais estratégicos.

PRODUÇÃO E INOVAÇÃO

FATOS RELEVANTES E MEDIDAS DO GOVERNO

O governo federal estima abrir mão de 331,2 bilhões de reais de arrecadação no ano que vem por conta de renúncias tributárias. O valor - equivalente a 4,35% do Produto Interno Bruto (PIB) - foi enviado ao Congresso Nacional pela Receita Federal para compor o Orçamento do ano que vem e significará um aumento de 8,09% em relação ao gasto tributário de 2019.

Com o objetivo de estimular o crédito para capital de giro das empresas, o Ministério da Economia estuda uma proposta de mudança numa regra da Justiça do Trabalho liberando 65 bilhões de reais que atualmente estão parados na forma de depósitos recursais.

O preâmbulo de uma resolução publicada pelo Conselho do PPI anuncia que o governo pretende estimular o transporte de cabotagem no país, hoje restrito a empresas nacionais, abrindo o setor para embarcações estrangeiras e, assim, ampliar a competição e reduzir os preços. Diz o texto: “o transporte aquaviário de cargas é comparativamente mais eficiente, seguro e apresenta menores custos e impactos ambientais que o modal rodoviário ou ferroviário”. (...) a maior participação do transporte por cabotagem “é a medida mais eficaz e célere para equilibrar os dispêndios excessivos da União, dos Estados, Distrito Federal e Municípios em projetos de infraestrutura rodoviária e ferroviária”. Se de fato for adiante, essa medida deve tensionar ainda mais a relação do governo com os caminhoneiros.

A Proposta de Lei Orçamentária (Ploa) de 2020, encaminhada pelo governo para o Congresso Nacional prevê a redução de 41% nas verbas do programa “Minha Casa, Minha Vida” (MCMV), o que equivale a um corte de 1,9 bilhão de reais. Se aprovada, apenas 2,7 bilhões de reais serão destinados ao programa no ano que vem. De 2009 a 2018, a média anual orçamentária do MCMV foi de 11,3 bilhões de reais.

Por conta da queda das vendas para o mercado interno no último mês de agosto (-2,3%) e ainda em razão da forte contração 34,7% das exportações para a Argentina (comparado ao mesmo mês de 2018), a produção de veículos caiu 7,3% em agosto e o número de empregados no setor diminuiu 4%, ambos na comparação com o mesmo mês do ano passado.

O Ministério da Economia anunciou que prepara proposta de venda das empresas da União que detêm dados cadastrais da população brasileira (Serpro e Dataprev).

Só no ano passado, o Serpro teve uma receita líquida de 2,7 bilhões de reais, e a Dataprev, de 1,26 bilhão de reais. A primeira possui cerca de 9.100 funcionários concursados, a segunda, 3.400. No mercado, juntas, as empresas têm o valor estimado de seis bilhões de reais, sem considerar o valor das informações que armazenam.

A despeito de seu discurso radicalmente privatista, do deliberado encolhimento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e do crescente abandono das funções públicas do Banco do Brasil e da Caixa, o governo anunciou que pretende criar um banco estatal para financiar o setor de defesa. Por estranho que pareça, a proposta inclui aportes do BNDES no novo banco.

Está em discussão no governo a possibilidade de acabar com o monopólio da Caixa Econômica Federal sobre o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Pela regra atual, a Caixa recebe 1% dos aportes do fundo para gerenciar os recursos, que, no ano passado, alcançaram 5,1 bilhões de reais.

O Parlamento da Áustria rejeitou o acordo UE-Mercosul, o que poderá bloquear uma ratificação unânime no Conselho Europeu, inviabilizando o acordo. A postura brasileira sobre as queimadas na Amazônia foi uma das questões que geraram críticas ao pacto.

O governo descontingenciou 12,5 bilhões de reais do orçamento de 2019, evitando o risco iminente de apagão operacional em vários ministérios. A medida veio acompanhada de uma revisão na estimativa de gastos com servidores na União, cujo valor estava estranhamente inflado em 5,8 bilhões de reais.

O capitão Bolsonaro aprovou com alguns vetos a MP da “liberdade econômica”, esvaziando o poder regulatório do Estado sobre diversas atividades econômicas e flexibilizando ainda mais a regulação do trabalho no país.

ANÁLISE CRÍTICA

O rosário de reformas de inspiração ultraliberal que vem sendo executado desde que a presidenta Dilma foi golpeada (a imposição do teto de gastos, a reforma trabalhista, a MP da “liberdade econômica” e agora a quase concluída reforma da Previdência) não cumpriu nenhuma de suas promessas, tão somente prolongando a estagnação econômica que angustia a sociedade brasileira e deixa a grande maioria da população ao Deus dará.

A taxa de desocupação, por exemplo, que no quarto trimestre de 2017 (quando a reforma Trabalhista entrou em vigor) era de 11,8%, permanece exatamente no mesmo patamar, enquanto a taxa de trabalhadores subutilizados (desocupados + desalentados + subocupados) cresceu ao longo do período pós-reforma, saltando de 23,9% em 2017 para 24,3% em agosto de 2019.

Além disso, outro dado um tanto surpreendente – ao menos para aqueles que apostavam no caráter virtuoso das inovações contratuais introduzidas pela reforma – é o do aumento da informalidade, que tem alcançado níveis recordes no país. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, do IBGE, 41,4% dos trabalhadores ocupados no trimestre encerrado em agosto estavam na informalidade, sendo que dos novos postos de trabalho criados entre junho e agosto, nada menos que 87,1% eram informais. Ou seja, as reformas em série não ajudaram a aquecer o mercado de trabalho, nem tampouco favoreceram a formalização das relações laborais no país.

Diante desse quadro, a falta de sensibilidade com a grave deterioração do mercado de trabalho do país chega a ser espantosa, mesmo para quem não alimentava nenhuma expectativa positiva em relação a um governo cuja área econômica é comandada por Paulo Guedes, um representante primitivo dos interesses rentistas no Brasil. Ao contrário, tem-se a impressão de que o capitão e seu superministro se apoiam na dramática situação do mercado de trabalho brasileiro para dobrar a aposta e lançar medidas ainda mais deletérias.

Um pequeno, mas emblemático exemplo desse comportamento oportunista e ineficaz é a ideia ventilada pelo governo de capturar 65 bilhões de reais (a bagatela de 1% do PIB) que atualmente estão parados na forma de depósitos recursais da Justiça do Trabalho para entregá-los aos bancos a fim de que ampliem as linhas de crédito para capital de giro das empresas.

Difícil imaginar medida mais estapafúrdia. Em primeiro lugar, porque o problema da escassez de crédito para essa e tantas outras demandas do setor produtivo brasileiro não se deve à falta de capital (funding) dos bancos para realizar esse tipo de operação. O que trava o crédito no Brasil são os spreads estupidamente elevados, agora protegidos pela ausência da concorrência das linhas baratas dos bancos públicos. Sob as orientações de sucessivos ministros-banqueiros, não apenas fizeram minguar o BNDES, como Banco do Brasil e Caixa passaram a mimetizar o comportamento dos bancos privados, refastelando-se no melaço rentista que escorre para o funil de um

cartel formado por cinco casas bancárias, cujo poder se manifesta no controle de mais de 80% do crédito do país.

Em segundo lugar porque com os tais 65 bilhões de reais, seria possível tomar medidas muito mais efetivas para dinamizar a economia, criar empregos e retirar do sufoco a enorme maioria de brasileiros que depende do seu suor para sobreviver. Entre outras possibilidades, um grande programa de investimento em infraestrutura social (saneamento básico, habitação popular, centros de saúde, etc) traria resultados em um curto prazo, com grande alcance econômico e social.

Lamentavelmente, contudo, o governo prefere manter-se fiel a sua ideologia liberal ultrapassada e aos interesses rentistas que lhe dão sustentação política.

DIMENSÃO SOCIAL

FATOS RELEVANTES E MEDIDAS DO GOVERNO

Oportunidades ocupacionais e renda

O desemprego persiste. Em setembro, a taxa divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) foi 11,8%, perfazendo um total de 12,5 milhões de pessoas sem colocação. Completando o quadro, a maioria das vagas que surge é sem carteira assinada e portanto sem direitos trabalhistas. A informalidade atingiu em setembro 41,4% dos brasileiros e brasileiras ocupados. Quase 39 milhões de pessoas. O IBGE também divulgou que a renda média de mais da metade dos brasileiros e brasileiras é inferior a um salário mínimo. 60% da população teve renda mensal de 928 reais em 2018.

O governo anunciou um plano para geração de mais empregos para pessoas com até 29 anos de idade e acima de 55 através da isenção aos empregadores de FGTS e outras contribuições.

Educação, Esportes e Cultura

A proposta inicial do Future-se foi reformulada em outubro. Os termos “gestão” e “governança” foram excluídos dos eixos iniciais do programa, que agora são: “Pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação”, “Empreendedorismo” e “Internacionalização”. Na nova versão, além das Organizações Sociais (OSs), os contratos e convênios propostos com as universidades também permitem fundações de apoio. Não há mais a exigência de adesão ao programa de redução de gastos com pessoal, nem aparece um comitê gestor com poder de intervenção na escolha dos reitores das universidades. A “obediência à autonomia universitária” aparece como preceito fundamental logo de início.

Na área da cultura, a Agência Nacional do Cinema (Ancine) segue em desmonte. Mesmo com uma decisão judicial que aprovou o retorno do diretor-presidente Christian de Castro, o corte de 43% no orçamento continua vigente e as demissões e novas nomeações seguem. A mais recente nomeação, anunciada no Diário da União, foi a nomeação de Edilásio Barra, colunista, apresentador e pastor, que ficará responsável pelo Fundo Setorial do Audiovisual, principal fonte de financiamento do audiovisual brasileiro.

O ministro Abrahan Weintraub anunciou novo descontingenciamento dos cortes feitos para o orçamento deste ano das universidades e institutos federais. O valor liberado é equivalente a 1,1 bilhão de reais.

Seguridade Social Ampliada

Saúde: o balanço parcial da campanha nacional em outubro contra o sarampo aponta que 88% das crianças entre 1 e 2 anos receberam pelo menos uma dose da vacina contra a doença.

Previdência Social: o Senado Federal aprovou em 23 de outubro, em segundo turno, a proposta de emenda à Constituição (PEC) 6/2019, a da Nova Previdência. O texto-base já havia sido aprovado pelos senadores na terça-feira (22), por sessenta votos a dezenove – onze além do mínimo necessário de 49.

Direitos Humanos

A Secretaria Nacional da Mulher (SNM) lançou o projeto “Salve uma Mulher”, para conscientização e prevenção da violência contra as mulheres, com treinamento de servidores públicos para dar suporte a mulheres vítimas de violência. Segundo o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (MMFDH), cerca de quinhentas mil pessoas receberão treinamento, entre agentes do Ministério da Saúde, funcionários dos Correios, conselheiros tutelares e profissionais da Defensoria Pública da União. O treinamento abrange a identificação de uma situação abusiva e o preparo de instrutores para orientar a mulher a buscar ajuda das autoridades competentes para garantir sua segurança.

A Secretaria Nacional da Família (SNF) lançou o Selo Empresa Amiga da Família (Seaf) no Distrito Federal, com o objetivo de sensibilizar as empresas sobre a importância de adotar práticas que harmonizem a vida familiar com a vida profissional. O Selo Empresa Amiga da Família será concedido anualmente, por meio de edital de seleção, tanto às empresas que possuam boas práticas de conciliação entre família e trabalho quanto àquelas que queiram implementar essas políticas. Além do reconhecimento das melhores políticas adotadas no Brasil, o selo também ajudará a fomentar a multiplicação dessas políticas entre as empresas do país.

ANÁLISE CRÍTICA

O estado de paralisia das políticas públicas do governo federal sob a gestão de Bolsonaro, no mês de outubro, parece ter atingido seu nível máximo nas análises dessa dimensão. Desde o início de janeiro, quando começaram as séries de boletins, os ministérios dessa área tiveram pouco impacto na agenda política nacional.

Com exceção da “Nova Previdência”, que ganhou status de prioridade no governo Bolsonaro, as demais áreas sofrem com baixa visibilidade, precarização e supremacia do mercado. Em dez meses de governo já é possível visualizar uma linha muito clara da postura do governo na Dimensão Social.

A supremacia do mercado é vista no caso das oportunidades ocupacionais e renda. O governo insiste em afirmar que a retirada de direitos vai gerar oportunidades ocupacionais. A realidade é que os números divulgados pelo próprio governo já apontam para o fato de que a estrutura ocupacional brasileira sofre de uma decadência de complexidade e renda dramática para a população.

A reforma da Previdência aprovada definitivamente em outubro foi baseada em cálculos muito questionáveis e não reduz desigualdades, afastando ainda mais os trabalhadores da almejada aposentadoria. No entanto, é preciso mencionar que durante sua tramitação a oposição conseguiu fazer alterações na reforma de forma a torná-la menos injusta.

As grandes questões da agenda nacional do mês de outubro ficaram centradas na política nacional e ainda em mais um dos desastres ambientais que aconteceram desde janeiro deste ano. O que mais impressiona não são as ações dos ministérios da área, mas sim o silêncio sobre as questões relevantes da agenda nacional. Temas como o aumento da desigualdade, a crise do mercado de trabalho e do meio ambiente são absolutamente ignorados. Num governo que inverte prioridades e traz elementos ideológicos graves para o centro do debate político, a dimensão social fica cada vez mais renegada e deixada em segundo plano.

DIMENSÃO AMBIENTAL, AGRÁRIA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

FATOS RELEVANTES E MEDIDAS DO GOVERNO

Sustentabilidade ambiental e política agrária

Uma nova crise ambiental surge com a contaminação do mar e das praias devida ao vazamento de óleo que atinge o litoral da região Nordeste. O problema foi percebido pela primeira vez no estado da Paraíba em 30 de agosto. De lá, o espalhamento seguiu rumo noroeste (estados do Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí e Maranhão) e rumo sul (Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia). Em meados de outubro, os nove estados da região Nordeste do país já tinham sido atingidos pelo óleo poluidor.

Até 27 de outubro já haviam sido identificadas manchas e placas de óleo em 238 locais de 89 municípios, e um total de 268 praias afetadas. Em termos de extensão (cerca de 2.300 quilômetros por enquanto) trata-se do maior desastre ambiental da história no litoral brasileiro. Ainda não é possível calcular seus danos ambientais, sociais e econômicos.

O derrame de óleo ocorrido perto da costa terá impactos de longo prazo na fauna e na flora marinhas e também afetará a economia local, atingindo majoritariamente o setor de turismo, que é uma vocação predominante das localidades atingidas. A pesca artesanal também sofre impactos de médio e longo prazo, sendo que a pesca da lagosta e do camarão nas regiões atingidas já foi proibida pelo Ministério da Agricultura.

Em 27 de outubro de 2019, chegou ao fim o Sínodo para a Amazônia, evento da igreja católica ocorrido no Vaticano, onde se debateram medidas de proteção para a Floresta Amazônica e seus povos, bem como a atuação da igreja na região. Participaram, entre 6 e 27 de outubro, cerca de oitenta mil pessoas, entre padres e bispos católicos, lideranças locais dos países amazônicos, indígenas, ativistas, políticos e o próprio Papa Francisco. O evento foi previamente muito criticado pelo atual governo brasileiro, em temor de suas repercussões internacionais, e enxergado como uma violação da soberania nacional.

No dia 28 de outubro de 2019, um dia após o término do Sínodo, houve no Vaticano uma reunião que contou com governadores de trinta estados de oito países que compõem a Amazônia. O objetivo principal do evento foi, após examinar as mensagens do Papa Francisco durante o Sínodo e os resultados da cúpula, definir propostas para garantir a execução na região das resoluções tiradas durante o evento católico. No encontro, os governadores também tiveram a oportunidade de apresentar compromissos para o desenvolvimento sustentável da região.

Outro tema importante foram os novos dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre a importância da agricultura familiar para a economia e para o nível de ocupação do país. Os dados do Censo Agropecuário 2017 apontaram que a agricultura familiar representa 77% dos estabelecimentos agropecuários brasileiros. O segmento possuía 10,1 milhões de pessoas ocupadas, correspondente a 67% do total de ocupados no setor agropecuário brasileiro.

Outra proposta que está circulando trata da vontade do governo Bolsonaro de fazer regularização fundiária por meio de autodeclaração. A “legalização da grilagem” no país tocada pela ala ruralista do governo pretende colocar em prática uma Medida Provisória para formalizar em grande escala as terras públicas invadidas por grileiros - fato que pode levar ao agravamento do desmatamento e dos conflitos pela terra. Segundo declaração do secretário de assuntos fundiários do Ministério da Agricultura, Nabhan Garcia, o governo pretende fazer a legalização das terras por autodeclaração dos proprietários invasores de terras.

No que se refere a unidades de conservação no mundo, de 14 a 17 de outubro de 2019, a cidade de Lima, no Peru, sediou a terceira edição do Congresso de Áreas Protegidas da América Latina e do Caribe (III Caplac) e tratou do tema “Soluções para o bem-estar e o desenvolvimento sustentável”. O Congresso teve a finalidade de reunir atores sociais de todo o mundo para fortalecer suas capacidades, a fim de promover áreas protegidas como soluções baseadas na natureza para os desafios da sociedade.

Durante o evento internacional, um coletivo que reúne dez organizações da sociedade civil envolvidas na defesa das Unidades de Conservação (Coalizão Pró-UCs), apoiado por outras organizações brasileiras presentes no Congresso, denunciou a fragilização das áreas protegidas brasileiras. Baseado em dados oficiais e na análise das atitudes do governo Bolsonaro, o grupo de organizações ambientais elaborou um documento em formato de manifesto, no qual critica o governo brasileiro pela falta de compreensão da relevância das Unidades de Conservação.

ANÁLISE CRÍTICA

A nova crise ambiental brasileira exige medidas imediatas centradas na contenção do óleo e na limpeza das praias. A questão coloca em debate o quanto o governo federal está preparado para lidar com este tipo de situação, ou melhor, quanto as novas gestões de órgãos como a Petrobras, o Ibama, a ICMBio terão a capacidade de minimizar os impactos do vazamento de óleo na costa brasileira. O episódio ocorre após outra

crise ambiental causada pela explosão das queimadas em diversos biomas e um aumento expressivo do desmatamento na Amazônia entre agosto e setembro de 2019.

O governo começou a agir somente quando a catástrofe abalou mais fortemente sua imagem frente à população e comunidade internacional. Como se não bastasse isso, vale a lembrança de que Bolsonaro extinguiu, em abril deste ano, os comitês do plano de ação de incidentes com óleo, que poderia agilizar e organizar atuações contra o espalhamento do petróleo logo em seu início. Em um país com tamanha zona costeira e com grandes explorações de petróleo, esta extinção demonstrou-se uma atitude de grande irresponsabilidade.

O Tribunal de Contas da União pediu apuração da conduta do governo na questão do vazamento do óleo, indicando que este parece “desorientado ou inerte”. O Ministério Público Federal também entrou com uma ação contra a União por conta de sua omissão neste desastre, indicando que o “Plano nacional de contingência para incidentes de poluição por óleo em água” seja posto em prática.

No que se refere ao Sínodo da Igreja católica para a Amazônia houve publicação de um documento com a síntese das resoluções tomadas. Entre elas, as propostas de ordenação de homens casados para atuar na Amazônia, o respeito à religiosidade não cristã indígena, a criação do “pecado ecológico” e o estabelecimento de um “observatório pastoral socioambiental”. Nele também constam críticas ao atual modelo de desenvolvimento da região, que conta com o extrativismo ilegal, o desmatamento irresponsável e a adoção de projetos econômicos danosos ao meio ambiente. As propostas do sínodo agora serão analisadas até dezembro pelo Papa Francisco, quando deverá determinar sua implantação.

Os dados do Censo Agropecuário 2017, elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, explicitaram a importância da agricultura familiar na geração de emprego e renda no campo. Em vez de cruzar os braços para o segmento e diminuir o orçamento de seus principais programas governamentais, o governo Bolsonaro deveria se esforçar para realizar políticas públicas que viabilizem a regularização fundiária, a reforma agrária, a assistência técnica, o crédito produtivo e a expansão dos canais de comercialização.

A proposta de Medida Provisória do governo para regularização fundiária por meio de autodeclaração favorece a grilagem de terras, mas também pode afetar a reforma agrária no país. O governo praticamente acabou com a Política Nacional de Reforma Agrária e agora, ao querer fornecer precocemente a titularidade das terras para os as-

sentados, irá retirar de forma instantânea a responsabilidade do Incra na estruturação dos assentamentos, que necessitam de apoio governamental para assistência técnica voltada para produção, crédito e acesso a canais de comercialização. Se implementada, a MP pode gerar a comercialização das terras dos assentados, que, uma vez sem apoio do governo, não terão outra saída a não ser vendê-las – resultando em aumento da concentração de terra no país.

A terceira edição do Congresso de Áreas Protegidas da América Latina e do Caribe (III Caplac) criticou a atual gestão do governo federal por não apresentar projetos e avanços a respeito da sustentabilidade das Unidades de Conservação. Em comparação com as propostas e representatividade governamental dos demais países que participaram do evento, a baixa presença de autoridades brasileiras e a falta de protagonismo também foram características dessa terceira edição do Congresso.

As Unidades de Conservação assumem papel relevante na economia brasileira. O desafio é fazer com que estas áreas protegidas sejam compreendidas pela sociedade e gestores públicos como ferramentas de desenvolvimento socioeconômico e de conservação da biodiversidade. Por exemplo, nas Unidades de Conservação do país existem produção de borracha, de castanha-do-pará, de energia via hidrelétricas, de ICMS ecológico e turismo para visitas de parques nacionais.

EXPEDIENTE

De Olho no Governo é um boletim de monitoramento de políticas públicas publicado pela Fundação Perseu Abramo. Diretoria Executiva: Marcio Pochmann (presidente), Isabel dos Anjos Leandro, Rosana Ramos, Artur Henrique da Silva Santos e Joaquim Soriano (diretoras/es). Equipe editorial: Alexandre Guerra; Ana Luíza Matos de Oliveira; António Carlos Carvalho; Eduardo Tadeu Pereira; Fernanda Estima; Isaías Dalle; Kjeld Jakobsen; Jordana Dias Pereira; Luana Forlini; Marcelo Manzano; Matheus Toledo; Paulo C. Ramos; Pedro Simon Camarão; Ronnie Aldrin Silva; Rose Silva; Sérgio Honório; Victoria Lustosa Braga; Vilma Bokany; William Nozaki. Edição eletrônica: Camila Roma.



F U N D A Ç Ã O

Perseu Abramo

Partido dos Trabalhadores

Rua Francisco Cruz, 234 - 04117-091

Vila Mariana - São Paulo - SP

www.fpabramo.org.br